CRUZEIRO SEMIÓTICO

ARTIGO ARTÍCULO

PROBLEMAS DE ENUNCIAÇÃO

PROBLEMAS DE ENUNCIACIÓN

ENUNCIATION PROBLEMS

DIANA BARROS

Universidade de São Paulo, USP, Brasil

PUBLICAÇÃO ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO
1987

PUBLICACIÓN ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO
1987

COMO CITAR CÓMO CITAR

BARROS, D. Problemas de enunciação. **Cruzeiro Semiótico**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 1-10, jan.-jun., 2025.

INTRODUÇÃO

Estas considerações iniciais têm por objetivo situar melhor o trabalho e estabelecer o ângulo sob o qual se pretende examinar a enunciação. Ninguém ignora a existência de duas tendências opostas no tratamento do texto, que se acreditam inconciliáveis e que se recriminam mutuamente: de um lado, as análises do "texto pelo texto", análises internas e imanentes, do outro, as abordagens sociológicas, históricas, psicológicas do texto ou mesmo sua livre interpretação. Texto, pretexto, contexto emaranham-se nesse jogo teórico, marcadamente ideológico. Todos aqueles que se (pré) ocupam com o texto são chamados a se posicionarem a respeito. Se, no trabalho constante com a linguagem, atraídos pelo fascínio da significação a ser construída, percebe-se a necessidade de analisar o texto como um sistema de regras capaz de explicar sua organização imanente - em suma, uma análise formal e estrutural, no bom sentido (existe o mau?) –, pressente-se, por outro lado, e exatamente por se estar interessado no sentido, que é imprescindível considerar o texto também como um pretexto do contexto.

A conciliação das abordagens ditas internas com as frequentemente denominadas externas não é um anseio recente ou de alguns, apenas. A contribuição deste artigo não está, portanto, no reconhecimento ou na proposição desse casamento, aparentemente condenado ao insucesso, mas na discussão do contexto epistemo-metodológico em que é possível fazê-lo, sem cair nas superposições de análises contraditórias ou nas correlações um tanto simplistas da sociolinguística norte-americana.

Os objetivos propostos só têm alguma chance de serem alcançados caso se recorra a teorias e a modelos de análise do texto ou do discurso e não de explicação da frase, mesmo que se reconheça a inegável contribuição metodológica da linguística frásica. Aceitar o fato de que se fala por textos e não por frases, e conceber o texto como um todo, cujo sentido não é a soma dos sentidos de suas frases, é inverter a direção da análise: a descrição das frases está na dependência da explicação satisfatória dos mecanismos de organização e coerência textual. É, assim, na linguística transfrásica, na gramática textual ou na semiótica narrativa e discursiva que se pode obter os subsídios requeridos para que se juntem a análise interna, necessária, dos mecanismos e regras que engendram o discurso com a abordagem externa das variáveis sócio-históricas de sua produção e de sua recepção, a que, em última instância, se subordina o sentido do texto.

A escolha da teoria semiótica, apresentada por A. J. Greimas e desenvolvida pelo Grupo de pesquisas semiolinguísticas da E.H.E.S.S. de Paris, como ponto de partida das reflexões sobre o discurso assim definido, justifica-se por duas razões

principais: em primeiro lugar, tal enfoque descreve e explica satisfatoriamente o componente narrativo do discurso, oferecendo método e técnicas adequadas de análise interna do texto; em segundo lugar, acredita-se que, pela mediação da enunciação, o modelo semiótico permita articular o discurso com suas condições de produção. É, sem dúvida alguma, a proposta mais desenvolvida, atualmente, de análise interna e imanente do texto e, ao conceber um sistema de regras capaz de explicar, com os mesmos princípios epistemo-metodológicos, tanto as estruturas narrativas quanto as discursivas, a semiótica greimasiana deu já os primeiros passos para a construção de um modelo que, sem abandonar a análise do texto, examine também sua inserção no contexto.

Acredita-se, portanto, poder fazer o projeto avançar nessa direção, sem contradições teóricas, **pois a enunciação, que se tomará como elemento intermediário entre formações discursivas e sociais, tem já lugar na proposta greimasiana**.

ENUNCIAÇÃO E INTERTEXTUALIDADE

Pretende-se explicar, assim, as vinculações do discurso com suas condições sócio-históricas de produção e de recepção através da análise da estrutura da enunciação. É preciso, no entanto, deixar claro que em nenhum momento será tratado do problema, já anteriormente discutido, das relações entre texto e referente, entre linguagem e mundo, mas sim de ligações intertextuais. Da mesma forma que não se deve ler o texto apenas como um conjunto de frases e que, para explicar a frase, precisa-se antes analisar o texto, tampouco pode-se pretender tomar o contexto como uma simples soma de textos. Necessário se faz considerá-lo como um texto maior, uma totalidade de significação, no interior de que cada texto cobra sentido. O sentido do texto depende do sentido do texto-contexto em que se integra. Esse contexto não se confunde, por conseguinte, com o "mundo das coisas" e tem, enquanto texto, uma organização narrativo-discursiva em que os textos-partes assumem posições.

Tal concepção de contexto implica, em última instância, uma semiótica da cultura que permitiria o estabelecimento dos papéis narrativo-discursivos devidos a cada texto no contexto macro cultural. Lotman e a chamada semiótica russa têm se dedicado ao problema, sob um prisma um pouco diferente (Schnaiderman, 1979). Não é o objetivo deste trabalho a semiótica da cultura, nem se tem a pretensão de chegar até o contexto macro cultural. Não se trata, portanto, (de?) ler o texto-contexto na sua totalidade, mas sim recortado pelas relações de que mantém com o texto que está sendo examinado. As dificuldades são muitas, sobretudo as de de-

limitação das relações intertextuais a serem consideradas. Um único caminho se apresenta: o de determinar como cada discurso se posiciona quanto à enunciação, ou melhor, o de desvendar a organização narrativa da enunciação.

ESTRUTURAS NARRATIVAS DA ENUNCIAÇÃO

Esquema narrativo canônico

O esquema canônico da narrativa prevê três percursos narrativos: o do Destinador-manipulador, o do Destinatário-sujeito e o do Destinador-julgador (Greimas e Courtés, 1979). Destinador-manipulador é o atuante que comunica ao Destinatário-sujeito os valores postos em jogo e lhe atribui a competência modal e semântica requeridas para um determinado fazer, por ele, destinador, desejado. Competência define-se como o conjunto de condições que tomam possível o fazer e pode ser modal - e, nesse caso, pressupõe as operações de manipulação, pelas quais o Destinador capacita o sujeito para o fazer, ao lhe conferir as modalidades do querer/dever, saber e poder fazer - e semântica - o quadro de valores necessários ao fazer do Destinatário-sujeito, previamente determinado pelo Destinador.

Por sua vez, o Destinatário-sujeito é aquele que faz, a partir da manipulação do Destinador, tocando-lhe, portanto, a responsabilidade da transformação de estados ou do "fazer-ser". Finalmente, cabe ao Destinador-julgador sancionar o fazer do sujeito. O resultado da performance do sujeito lhe é comunicado para que o julgue, isto é, verifique se o contrato inicialmente estabelecido entre o Destinador-manipulador e o Destinatário-sujeito foi ou não cumprido, se os valores foram ou não assumidos, podendo a sanção ser positiva ou negativa: o sujeito será reconhecido, cognitivamente, como "herói" ou "vilão" e recompensado ou punido pragmaticamente.

Os actantes[1], entidades narrativas, são, na instância das estruturas discursivas, preenchidos por papéis temáticos e recobertos figurativamente, tornando-se atores. Dessa forma, um Destinatário-sujeito pode apresentar-se no discurso, como um pescador ou o Joãozinho-da-lagoa. Enunciador e enunciatário podem ser considerados como atores (papéis temáticos, mais precisamente), implícitos e logicamente pressupostos de qualquer enunciado. Trata-se do percurso temático da enunciação, em que, na verdade, se confundem dois subtemas, o da produção e o da comunicação, eixos segundo os quais se desenrolam as atividades humanas.

1 Há, entre actantes e atores, a instância intermediária dos papéis actanciais.

Para Greimas e Courtés (1979, p. 46), "o eixo da produção é o da ação do homem sobre as coisas, transformando-as ou construindo-as; o da comunicação subsumi a ação do homem sobre os outros homens, ação criadora das relações intersubjetivas fundadoras da sociedade".

No percurso temático da enunciação como produção de enunciados (e, portanto, de significação) não se reconhecem dois atores distintos, enunciador e enunciatário, e sim seu sincretismo, geralmente denominado sujeito da enunciação. Já no percurso temático da comunicação, enunciador e enunciatário colocam-se, respectivamente, como destinador e destinatário da comunicação do discurso-enunciado.

Essa duplicidade de percursos temáticos permite, certamente, tomar a enunciação como a atividade humana por excelência, ao mesmo tempo produção e comunicação. O caráter ambíguo e duplo da enunciação só desaparece quando a descrição deixa o nível discursivo e passa ao narrativo, isto é, quando são correlacionados actantes e papéis actanciais narrativos com papéis temáticos discursivos.

ESTRUTURA NARRATIVA		Percurso do Destinador-manipulador	Percurso do Destinatário-sujeito	Percurso do Destinador-julgador
ESTRUTURA DISCURSIVA	Tema da Comunicação	Enunciador	Enunciatário	
	Tema da Produção		Sujeito da Enunciação (Edor/Etário)	

Dois pontos, visualizados no esquema acima, devem ser ressaltados: em primeiro lugar, o enunciador pode cumprir tanto o percurso do Destinador-manipulador, quanto, em sincretismo com o enunciatário, o do Destinatário-sujeito; em segundo lugar, há casas vazias na instância discursiva do tema da produção, que se procurará preencher.

Enunciação como comunicação

Na primeira leitura, a do tema da comunicação, o enunciador está colocado como Destinador-manipulador, responsável pelos valores em jogo e capaz de levar o Destinatário-sujeito, o enunciatário, a crer e a fazer. O fazer manipulador (fazer persuasivo) realiza-se no e pelo discurso-enunciado. O enunciatário, por sua vez, manipulado cognitiva e pragmaticamente pelo enunciador, cumpre os papéis

do Destinatário-sujeito, ainda que o fazer pretendido não se realize. O fazer interpretativo do enunciatário, que o instaura como sujeito virtual ou atual (mas não real), ocorre também no discurso-enunciado.

Desses fatos resulta que, para conhecer tanto o fazer persuasivo do enunciador quanto o interpretativo do enunciatário, precisa-se recorrer à análise interna e imanente do texto. O texto deverá ser, assim, abordado, primeiramente, como rede de relações e de operações lógico-conceituais de valores fundamentais, axiologizados em eufóricos e disfóricos ou em tensos e relaxados; em seguida, como uma organização narrativa, em que os valores, investidos em objetos, serão valores (ideológicos) de um sujeito; finalmente, como estruturas discursivas. Se a primeira reação de euforia e de disforia do ser vivo em seu contexto, assim como as relações ideológicas dos sujeitos com os objetos caracterizam já o enunciador e o enunciatário do texto, é, certamente, na instância das estruturas discursivas que eles mais se expõem. A sintaxe discursiva, também denominada sintaxe da enunciação, determina as relações entre enunciação e enunciado e entre enunciador e enunciatário, de que resultam as diferentes "visões" do discurso (em primeira ou terceira pessoa, por exemplo), o uso de diálogo ou de descrições, os sistemas de referência temporal e espacial, os recursos argumentativos e de implicitação e outros procedimentos, que criam no discurso a ilusão de enunciação e a de realidade, para produzir efeitos de verdades (de dizer-se verdadeiro). Da mesma forma, os valores disseminados como temas e revestidos por figuras procedem do saber-fazer figurativo do enunciador. É necessário, portanto, desenvolver a sintaxe e a semântica da enunciação, apenas esboçadas, recorrendo, quem sabe, às diferentes colocações da semântica da enunciação - da argumentação, da pressuposição, dos atos de linguagem - , à teoria do texto literário, sobretudo quando aprecia problemas de ponto de vista, de verossimilhança e de expressão do tempo e do espaço, à estilística e à retórica, às reflexões sobre coerência textual, às teorias semânticas e a suas contribuições à análise do discurso.

A análise do texto, na instância discursiva sobretudo, permite que sejam estabelecidas as "características do enunciador" como um tipo de manipulador - os recursos que utiliza na persuasão do Destinatário, as "imagens" que dele faz, o fazer que deseja ver realizado, os valores com que joga e assim por diante.

O percurso do Destinatário-sujeito, que engloba o programa narrativo de aquisição da competência e o da performance (no caso, sua virtualidade, apenas), poderá ser, por conseguinte, examinado também a partir da análise interna do texto. Subtipos de Destinatário-sujeito serão encontrados: sujeitos modalizados pelo que-

rer-fazer ou pelo dever-fazer (textos literários *vs* textos religiosos ou científicos), sujeitos modalizados pelo saber-fazer (textos tecnológicos), sujeitos dos quais se espera um fazer cognitivo, sujeitos instados a um fazer pragmático.

Tendo observado muito rapidamente o percurso do Destinatário-manipulador e o do Destinatário-sujeito, na leitura da enunciação como comunicação e manipulação, percebe-se, graças ao esquema de narratividade, que não se preencheu a casa do Destinador-julgador.

É função do Destinador-julgador avaliar o fazer do sujeito, tomando como referência o contrato assumido, mas, muito frequentemente, na leitura da enunciação como comunicação, a estrutura narrativa interrompe-se no momento em que o Destinatário se torna sujeito capacitado para o fazer ou sujeito que crê, não ocorrendo, portanto, o percurso final da sanção. Nas vezes em que a sanção acontece, como no discurso da publicidade, o Destinador-julgador é investido pelo mesmo papel temático do enunciador, que já preenchera o Destinador-manipulador. Curiosamente, a enunciação, nesse aspecto, tem características semelhantes às do conto maravilhoso, em que o rei cumpria os papéis actanciais de Destinador-manipulador e julgador.

Mostrou-se, em resumo, que a leitura temática da comunicação se faz a partir do discurso, que congrega o fazer emissivo-persuasivo do enunciador (e, em alguns casos, seu fazer interpretativo, que antecede a sanção) e o fazer receptivo-interpretativo do enunciatário. Ressaltou-se, também, a necessidade de desenvolver a sintaxe e a semântica da enunciação, e foram arroladas certas propostas a serem utilizadas, com proveito, nessa direção, sempre, porém, no quadro da teoria semiótica. Só o exame mais acurado das estruturas discursivas pode levar a um maior conhecimento da enunciação, concebida como instância de mediação entre estruturas semio-narrativas e estruturas discursivas e responsável, portanto, pelas diferentes opções do discurso e por elas instaurada.

Enunciação como produção

Na segunda leitura, a do tema da produção, o enunciador e o enunciatário, sincretizados no sujeito da enunciação, são vistos como sujeitos produtores do discurso-objeto. Trata-se de um programa narrativo de construção de objetos e não de construção de sujeitos. Os textos mais comumente examinados, como os contos populares, são narrativas de construção de sujeitos: o sujeito, através do objeto, busca valores que o modifiquem, que o «construam», como o herói que parte à procura da princesa ou da poção mágica, em que estão investidos os valores desejados (o

saber ou o poder, por exemplo). Quanto aos programas de fabricação de objetos, é bem conhecida a análise greimasiana de uma receita de cozinha a da ***"soupe au pistou"*** (Greimas, 1979), que será tomada como ponto de referência para o exame da produção do objeto-discurso.

O sujeito, para quem o busca e a manipulação de valores são essenciais, só lhe interessando os objetos como lugares de investimento dos valores, pode obter um objeto-valor através de três diferentes programas narrativos: o de doação (com ocorre na relação desequilibrada do Destinador-manipulador com o Destinatário-sujeito, ou na troca, em que há dois objetos-valor em jogo), o de apropriação/espoliação (na relação polêmica do sujeito com o Anti-sujeito) e o de produção. Um programa de produção consiste na construção de um objeto como suporte de um valor desejado ou necessitado pelo sujeito construtor ou por algum outro sujeito, o que justificaria sua criação. A produção de um objeto para servir de cobertura ou suporte de um ou mais valores só é, assim, empreendida para satisfazer a uma necessidade do sujeito ou para lhe proporcionar um prazer. No exemplo, já citado, da receita de cozinha, a execução correta das indicações leva à construção do objeto "sopa" que dará ao cozinheiro, ou a seus convidados e familiares, um prazer estético de ordem gustativa.

Voltando à produção discursiva, é preciso, primeiramente, lembrar que se trata da construção de um objeto-valor cognitivo e não da fabricação de objetos pragmáticos, como no exemplo acima ou no folheto de montagem de peças. O discurso construído é o objeto cognitivo resultante da competência e do fazer do sujeito da enunciação e, apenas nas exceções, que são os discursos tecnológicos e os textos que contam sua produção, apresenta-se como manifestação discursiva de um dos componentes da competência modal do sujeito. Esses simulacros explícitos da enunciação constituem casos singulares, que facilitam o exame do quadro enunciativo. Normalmente, a competência do sujeito da enunciação, tanto modal quanto semântica, assim como sua performance, então pressupostas pelo enunciado e podem ser, em grande parte, reconstruídas, a partir do discurso.

A sintaxe discursiva permite refazer a competência modal do sujeito da enunciação e sua performance; a semântica, os valores que utiliza. As configurações discursivas e os percursos figurativos selecionados pelo discurso são lugares privilegiados para a apreensão dos valores investidos no objeto construído. As análises do léxico, sobretudo as de inclinação sociológica, levam em conta tal fato. Na semântica estrutural uma das colocações mais instigantes foi a caracterização das figuras de conteúdo como procedentes da relação orientada entre mundo e língua, ou melhor, entre a semiótica do mundo natural e a semiótica linguística. As figuras do discurso, resultantes do saber-fazer figurativo do sujeito da enunciação, podem, por

sua vez, ser examinadas como o ponto de intersecção entre dois ou mais discursos, ou entre texto e contexto. **A enunciação começa, assim, a aparecer como estrutura de mediação entre o discurso e seu contexto.**

Se é possível reconstruir grande parte da competência do sujeito a partir da análise do discurso, restam, porém, a ser determinados os valores para os quais o objeto-discurso foi produzido e, sobretudo, o Destina-dor-manipulador que os comunicou ao sujeito da enunciação, ao mesmo o tempo que o capacitou para tal desempenho.

Surge, assim, a exigência de preencher as casas vazias no esquema narrativo canônico e, para tanto, propõe-se um produtor (como ator ou papel temático), que ocupe a do Destinador-manipulador, e um receptor--interpretante, que se encarregue da do Destinador-julgador. A escolha dos nomes foi motivada pela expressão «condições de produção e de recepção» e pela "estética da recepção". Interpretante, além de remeter a Peirce, lembra-nos o fazer interpretativo que tal ator exerce, evitando, assim, o caráter simplista da recepção – "destino da comunicação" – da teoria da informação.

ESTRUTURAS NARRATIVAS		Percurso do Destinador-manipulador	Percurso do Destinatário-sujeito	Percurso do Destinador-julgador
ESTRUTURAS DISCURSIVAS	Tema da Produção	Produtor	Sujeito da Enunciação	

Ao apresentar os papéis temáticos do produtor e do receptor como Destinadores, respectivamente manipulador e julgador, do sujeito da enunciação, tenciona-se criar a possibilidade de descrever, com método e técnicas da semiótica, as chamadas condições de produção e de recepção do texto (ou parte delas).

O produtor é o responsável pela competência do sujeito da enunciação e a origem de seus valores, colocando-se, portanto, com o Destinador sócio-histórico (ou psico-sócio-histórico). É indispensável considerar o sistema de produção responsável pelas formações ideológicas caracterizadoras do Destinador-produtor, que se está propondo como fonte de valores do sujeito da enunciação.

Não se trata, como alguns poderiam pensar de analisar o ser ontológico: constrói-se o percurso narrativo do produtor Destinador-manipulador e seu preenchimento discursivo pelo papel temático do produtor sócio-histórico, a partir dos

textos que formam o contexto do discurso em questão. Para caracterizar sócio-historicamente o sujeito da enunciação não é mais suficiente a análise interna do discurso examinado, precisa-se recorrer aos textos que o envolvem.

Conforme proposta inicial, tentou-se explicar a organização narrativa da enunciação e suas relações com os papéis temáticos discursivos da comunicação-manipulação e da produção. Recorreu-se, na primeira leitura temática, à análise narrativa e discursiva do texto, sobretudo à sintaxe e à semântica da enunciação, e, na segunda, à análise semiótica de intertextualidade contextual. Espera-se ter mostrado que é possível conciliar, em um mesmo quadro epistemo-metodológico, as análises internas e externa do texto, pelo caminho, ainda não suficientemente conhecido, da enunciação.

REFERÊNCIAS

SCHNAIDERMAN, B. (org.). **Semiótica russa**. São Paulo, Perspectiva, 1979.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Semiótique – Dictionnaire raisonné de la théorie du language**. Paris, Hachette, 1979.

GREIMAS, A. J. La soupe au pistou ou la construction d'un objet de valeur. **Documents**. Paris, 5, 1979.

CC BY NC SA